

SINOPSE D.O.U.

Edição de 29 de dezembro de 2023



Atos do Congresso Nacional

Emenda Constitucional **Nº 132**, que "Altera o Sistema Tributário Nacional."

Atos do Poder Executivo

Nº 11.835, de 20 de dezembro de 2023, que "Altera o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o Decreto nº 10.707, de 28 de maio de 2021, para dispor sobre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE."

Nº 11.840, de 21 de dezembro de 2023, que "Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF."

Decreto Nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024, que será de R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

Nº 11.852, de 26 de dezembro de 2023, que "Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura - ProAqui."

Nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, que "Dispõe sobre termos de compromisso relativos às transferências obrigatórias de recursos da União para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC."

Nº 1.201, de 21 de dezembro de 2023, que “Concede remissão total dos créditos tributários relativos às importações de produtos automotivos da República do Paraguai ao amparo do Regime de Origem do Mercosul, nas condições que especifica.”.

Medida Provisória

Nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023, que “Revoga os benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, e os art. 7º a art. 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, desonera parcialmente a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, revoga a alíquota reduzida da contribuição previdenciária aplicável a determinados Municípios e limita a compensação de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.”.

Atos do Poder Legislativo

Nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, que “Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.”. Se trata do PL 2903/2023 (Demarcação de terras indígenas). Derrubado o Veto 30/2023 pelo Congresso Nacional.

Nº 14.784, de 27 de dezembro de 2023, que “Prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o caput do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dá outras providências.”. Se trata do PL 334/2023 (Prorrogação do prazo de desoneração da folha referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta e ao acréscimo de alíquota da Cofins). Derrubado o Veto 38/2023 pelo Congresso Nacional.

Nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, que “dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.”. Se trata do PLS 526/1999 (Novo Marco Legal dos defensivos agrícolas), matéria sancionada com vetos (Mensagem Nº 741, de 27 de dezembro de 2023).

Nº 204, de 28 de dezembro de 2023, que “Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.”. Se trata do PLP 116/2023 (Vedação da incidência do ICMS nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular). Mensagem Nº 743, de 28 de dezembro de 2023.

Presidência da República

Nº 7, de 19 de dezembro de 2023, que “Institui o Grupo de Trabalho para avaliar a viabilidade técnica do uso da gasolina C com adição de 30% (trinta por cento) de etanol anidro combustível (E30) em todo território nacional.”.

Nº 8, de 19 de dezembro de 2023, que “Reduz o prazo para os aumentos dos teores de biodiesel, previstos pela Resolução CNPE nº 16, de 29 de outubro de 2018, alterada pela Resolução CNPE nº 3, de 20 de março de 2023, com base em estudos de oferta, demanda e impactos econômicos.”.

Resolução **Nº 9, de 19 de dezembro de 2023**, que “Institui Grupo de Trabalho para avaliação dos impactos da importação de biodiesel e do Selo Biocombustível Social para o cumprimento do percentual obrigatório de mistura ao diesel B comercializado em todo território nacional, suspendendo a importação de biodiesel.”.

Nº 10, de 19 de dezembro de 2023, que “Altera a Resolução CNPE nº 1, de 20 de março de 2023, que Institui o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar para elaboração de estudos visando à promoção do melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil.”.

Comitê-Executivo de Gestão

Resolução **Nº 549, de 20 de dezembro de 2023**, que “Altera os Anexos IV e V da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).”.

Nº 541, de 20 de dezembro de 2023, que “Altera o Anexo VI da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).”.

Nº 550, de 26 de dezembro de 2023, que “Altera a Lista de códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante no Anexo Único da Resolução Gecex nº 326, de 08 de abril de 2022.”.

Nº 551, de 26 de dezembro de 2023, que altera o Anexo IV da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que dispõe edição sobre norma complementar visando estabelecer os critérios de alocação das quotas.

Conselho Estratégico

Resolução **Nº 6, de 26 de dezembro de 2023**, que “Institui o Grupo de Trabalho de Revisão da Tarifa Externa Comum e dispõe sobre suas competências, organização e funcionalidade.”.

Câmara de Regulação do
Mercado de Medicamentos
Secretaria Executiva

Instrução Normativa

Nº 1, de 28 dezembro de 2023, que “Divulga os fatores de conversão de Preço Fábrica e Preço Máximo ao Consumidor referentes às novas alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) praticadas nos Estados de destino.”.

**Ministério da Agricultura e
Pecuária**

Gabinete do Ministro

Portaria

Nº 638, de 20 de dezembro de 2023, que “Revoga a Portaria nº 2.277, de 13 de novembro de 2017, que institui o Comitê Diretor da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária - Comitê Diretor da Plataforma ABC.”.

Nº 641, de 20 de dezembro de 2023, que “Estabelece a alocação às unidades produtoras de açúcar das Regiões Norte e Nordeste de cota preferencial adicional de açúcar destinada ao Brasil pelo Governo dos Estados Unidos da América, para o período de 2023/2024.”.

Ministério das Cidades

Gabinete do Ministro

Instrução Normativa

Nº 44, de 7 de dezembro de 2023, que “Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo seletivo para contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento, para Mutuários Públicos, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, de que trata o Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023.”.

Ministério da Defesa

Secretaria da Comissão
Interministerial para os Recursos
do Mar

Resolução

Nº 6, de 21 de novembro de 2023, que aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar (XI PSRM), considerando que a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial (MT), da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental (PC) brasileiros.

Nº 7, de 21 de novembro de 2023, que “Aprova a Proposta da CIRM para a Visão e os Princípios do Planejamento Espacial Marinho no Brasil, a fim de subsidiar o desenvolvimento e a implementação dos processos de PEM no País.”.

Diretoria de Portos e Costas

Portaria

Nº 254, de 19 de dezembro de 2023, que “Altera as Tabelas de Indenizações de serviços prestados pela Diretoria de Portos e Costas.”.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Gabinete do Ministro

Portaria

Nº 377, de 22 de dezembro de 2023, que altera o art. 7º da Portaria SEPEC/ME nº 10.033, de 25 de novembro de 2022, que dispõe sobre destinação de aportes maiores do que o devido por empresas.

Nº 34, de 13 de dezembro de 2023, que “Indefere o pleito nº 015/2023, de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB, para microcomputador portátil com tela sensível ao toque (“touch screen”) - TABLET-PC.”.

Nº 36, de 22 de dezembro de 2023, que “Indefere o pleito nº 013/2023, de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB, para bens de informática.”.

Nº 11, de 27 de dezembro de 2023, que “Regulamenta o disposto no inciso III do § 18 do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, relativo às aplicações em organizações sociais que mantenham contrato de gestão com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de bioeconomia com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.”.

Nº 378, de 28 de dezembro de 2023, que "Regulamenta o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação de que trata o inciso VII do § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e o inciso VII do § 1º do art. 5º do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, relativo às aplicações em organizações sociais que mantenham contrato de gestão com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de bioeconomia com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá".

Portaria Nº 383, de 28 de dezembro de 2023, que "Aprova a execução do projeto "Digital.BR: E-commerce Regional" pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, no âmbito do contrato de gestão celebrado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços."

Nº 384, de 28 de dezembro de 2023, que "Aprova a execução do projeto Plataforma Digital para Disseminação de Boas Práticas e Melhoria Regulatória pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, no âmbito do contrato de gestão celebrado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços."

Nº 386, de 28 de dezembro de 2023, que "Aprova o Orçamento-Programa e o Plano de Ação Anual da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, para o ano de 2024."

Secretaria de Comércio Exterior

Nº 289, de 22 de dezembro de 2023, que altera a Portaria SECEX nº 72, de 18 de dezembro de 2020 que dispõe sobre contingentes.

Portaria Nº 290, de 22 de dezembro de 2023, que estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 332, de 4 de maio de 2022.

Nº 291, de 22 de dezembro de 2022, que estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 532, de 20 de novembro de 2023.

Conselho Nacional de
Fertilizantes e Nutrição de Plantas

Resolução Nº 8, de 14 de dezembro de 2023, que "Define o modelo de governança do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF)."

Secretaria de Desenvolvimento
Industrial, Inovação, Comércio e
Serviços

Consulta Pública

Nº 31, de 21 de dezembro de 2023, que “torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de MÓDULO ACUMULADOR DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ÔNIBUS ELÉTRICO UTILIZANDO CÉLULAS ELETROQUÍMICAS DE FOSFATO FERRO LÍTIO (LiFePO4) ou de OU DE ÍONS DE SÓDIO.”.

Nº 32, de 21 de dezembro de 2023, que “torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de Sistema de armazenamento inteligente de energia elétrica em baterias (Battery Energy Storage System-BESS).”.

Secretaria-Executiva do Conselho
Nacional de Desenvolvimento
Industrial

Resolução

Nº 4, de 21 de novembro de 2023, que “Institui o Grupo de Trabalho de Coordenação das Ações de Territorialização e Desenvolvimento Regional, da Nova Indústria Brasil.”.

Inmetro

Portaria

Nº 615, de 18 de dezembro de 2023, que “Aprova o Quadro Geral de Unidades de Medida adotado pelo Brasil, atualizado de acordo com o atual Sistema Internacional de Unidades de Medida - SI e dá outras providências.”.

Nº 604, de 26 de dezembro de 2023, que “Aprova o Regulamento Técnico Metrológico que estabelece os critérios que deverão ser observados na fabricação e utilização dos metros comerciais rígidos.”.

Nº 617, de 20 de dezembro de 2023, que altera a Portaria Inmetro nº 298, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre regulamentação técnica metrológica consolidada para os computadores de vazão e conversores de volume.

Nº 619, de 22 de dezembro de 2023, que altera a Portaria nº 457, de 17 de novembro de 2021, que dispõe sobre condições que devem ser atendidas pelas sociedades empresárias e não empresárias (sociedades simples) que requeiram a autorização para fins de reparo e manutenção de instrumentos de medição regulamentados.

Nº 621, de 22 de dezembro de 2023, que altera a Portaria Inmetro nº 293, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre possibilidade de importadores e fabricantes de instrumentos de medição obterem autorização para emitir declaração de conformidade em substituição à verificação inicial.

-
- Portaria**
- Nº 631, de 27 de dezembro de 2023**, que altera a Portaria Inmetro nº 19, de 12 de janeiro de 2022, que dispõe sobre instrumentos de pesagem automáticos de veículos rodoviários em movimento.
- Nº 599, de 28 de dezembro de 2023**, que "Altera a Portaria Inmetro nº 231, de 18 de maio de 2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Capacetes para Condutores e Passageiros de Motocicletas e Similares - Consolidado."
- Nº 630, de 27 de dezembro de 2023**, que "Torna pública a relação dos atos normativos inferiores a decreto vigentes ou não expressamente revogados, editados até 1º de setembro de 2023, no âmbito das competências da Diretoria de Metrologia Legal e da Diretoria de Avaliação da Conformidade do Inmetro."
-

Ministério da Fazenda

Secretaria Especial da Receita
Federal do Brasil

- Instrução Normativa**
- Nº 2.167, de 20 de dezembro de 2023**, que "Dispõe sobre a regularização dos débitos tributários de que trata o art. 25-A do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972."
- Portaria**
- Nº 390, de 19 de dezembro de 2023**, que "Estabelece os critérios para classificação das pessoas jurídicas como maiores contribuintes no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil."

Conselho Nacional de Política
Fazendária

- Despacho**
- Convênio ICMS Nº 212, de 21 de dezembro de 2023**, que "Altera o Convênio ICMS nº 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto."
- Convênio ICMS Nº 219, de 21 de dezembro de 2023**, que "Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder suspensão do ICMS nas operações de remessas para estocagem subterrânea de gás natural nacional."

- Ato**
- Nº 32, de 22 de dezembro de 2023**, que "Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis."
-

Coordenação-Geral de
Programação e Estudos

Ato Declaratório

Nº 2, de 21 de dezembro de 2023, que “Dispõe sobre o Registro de Transações com Commodities.”.

Conselho Monetário Nacional

Nº 5.109, de 21 de dezembro de 2023, que “Ajusta as normas do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).”.

Resolução

Nº 5.110, de 21 de dezembro de 2023, que “Define condições especiais para o financiamento de capital de giro destinado a cooperativas agropecuárias do setor leiteiro, no âmbito do Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria) e do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).”.

Coordenação-Geral de Tributação

Nº 309, de 15 de dezembro de 2023, que “Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. INSUMOS. IMPOSIÇÃO LEGAL OU INFRALEGAL. CREDITAMENTO. SAÚDE E SEGURANÇA DE TRABALHADORES EM PROCESSO DE TRATAMENTO DE ÁGUA. RISCOS DE ACIDENTES. NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.”.

Nº 311, de 15 de dezembro de 2023, que “Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. BEBIDAS FRIAS. EXCLUSÃO DE ICMS.”.

Nº 313, de 15 de dezembro de 2023, que “Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. NÃO CUMULATIVIDADE. BONIFICAÇÕES EM MERCADORIAS. DESCONTO INCONDICIONAL. NÃO INCLUSÃO NA NOTA FISCAL DE VENDA. DESCONTO CONDICIONAL. DOAÇÃO. INCIDÊNCIA. VENDA. IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO.”.

Solução de Consulta

Nº 314, de 15 de dezembro de 2023, que “Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. COMERCIALIZAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES USADOS. EQUIPARAÇÃO A OPERAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO.”.

Nº 310, de 15 de dezembro de 2023, que “Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ. LUCRO PRESUMIDO. BASE DE CÁLCULO. COMPRA E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS. RENDIMENTOS AUFERIDOS. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - FIP.”.

Solução de Consulta

Nº 317, de 20 de dezembro de 2023, que "Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. CREDITAMENTO. ALUGUEL (LOCAÇÃO DE USO E/OU GOZO). NATUREZA JURÍDICA NO DIREITO PRIVADO. PRÉDIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. CESSÃO ONEROSA DE DIREITO DE USO DE SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. PERMISSÃO."

Divisão de Tributação

Nº 1.001, de 16 de janeiro de 2023, que "Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. ALÍQUOTA. REDUÇÃO A ZERO. DECRETO Nº 6.426, DE 2008, ART. 1º, III. REGIME NÃO-CUMULATIVO. PARTES E ACESSÓRIOS. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO POR ESTABELECIMENTO FABRICANTE E POR EMPRESA COMERCIAL EVENDEDORA."

Solução de Consulta

Nº 1.004, de 30 de junho de 2023, que "Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA – IRPJ LUCRO REAL. CRÉDITO DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL. INDÉBITO TRIBUTÁRIO. RECONHECIMENTO DA RECEITA. PERÍODO DE APURAÇÃO. DISPONIBILIDADE JURÍDICA. UTILIZAÇÃO NA COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS."

Nº 1.005, de 17 de agosto de dezembro 2023. Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. SUSPENSÃO DE INCIDÊNCIA. VENDA DE CAVACOS DE MADEIRA. ART. 9º DA LEI Nº 10.925, DE 2004."

Nº 1.006, de 1º de novembro de 2023, que "Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS. COMPENSAÇÃO. SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (eSocial)."

Coordenação de Tributos sobre a
Receita Bruta e Produtos
Industrializados**Solução de Consulta**

Nº 99.016, de 21 de dezembro de 2023, que "Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. INSUMO. RELEVÂNCIA POR IMPOSIÇÃO LEGAL. SERVIÇOS DE SALVAMENTO E RESGATE EM ESPAÇOS CONFINADOS E EM ALTURA."

**Ministério da Integração e do
Desenvolvimento Regional**

Diretoria Colegiada

Resolução

Nº 172, de 20 de dezembro de 2023, que "Estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2024."

**Ministério da Justiça e
Segurança Pública**Secretaria Nacional do
Consumidor**Portaria**

Nº 36, de 20 de dezembro de 2023, que "Institui Força de Trabalho para avaliação, correção, saneamento e estabelecimento de critérios para a priorização de procedimentos e processos administrativos sancionadores no âmbito do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e suspende os prazos, nesses processos, no período de 19 de dezembro de 2023 a 19 de janeiro de 2024."

**Ministério do Meio Ambiente e
Mudança do Clima**

IBAMA

Instrução Normativa

Nº 29, de 18 de dezembro de 2023, que "Regulamenta as exigências e os procedimentos relacionados ao controle de importação de Hidrofluorcarbonos - HFC e misturas contendo HFC, em atenção a emenda de Kigali do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, promulgada por meio do Decreto nº 11.666, de 24 de agosto de 2023".

Portaria

Nº 260, de 20 de dezembro de 2023, que "Dispõe sobre a utilização de documentação comprobatória fiscal padrão para fins de retificação de porte declarado pelas pessoas jurídicas junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em cumprimento ao que estabelece o art. 17-D da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o inciso II do art. 61-C da Instrução Normativa nº 17, de 30 de dezembro de 2011."

ICMBio

Instrução Normativa

Nº 15, de 20 de dezembro de 2023, que "Regulamenta a obtenção e renovação de porte, uso, cautela, descarte e destruição de material controlado no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade."

**Ministério da Pesca e
Aquicultura**

Gabinete do Ministro

- Portaria** **Nº 171, de 18 de dezembro de 2023**, que “Altera a Portaria nº 310, de 24 de dezembro de 2020, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabelece os critérios e requisitos higiênico-sanitários de embarcações pesqueiras de produção primária.”.
- Portaria** **Nº 174, de 26 de dezembro de 2023**, que “Ficam estabelecidas as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoa física ou jurídica no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Aquicultor, para concessão da Licença de Aquicultor e para o monitoramento da aquicultura.”.
- Portaria** **Nº 177, de 27 de dezembro de 2027**, que “Estabelece, em caráter excepcional, improrrogável e precário, a prorrogação da validade das Autorizações de Pesca das embarcações inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, que atendam as condicionantes obrigatórias de operação nas águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais.”.

**Ministério de Portos e
Aeroportos**Superintendência de Regulação
Econômica de Aeroportos

- Portaria** **Nº 13.347, de 12 de dezembro de 2023**, que “Estabelecer o primeiro reajuste do Teto da Tarifa de Capatazia da Carga Importada em Trânsito e Carga Exportada em Trânsito prevista no Anexo 4 do Contrato de Concessão nº 002/ANAC/2023 - Bloco Aviação Geral.”.

Ministério da Saúde

Gerência-Geral de Toxicologia

- Consulta Pública** **Nº 1.225, de 21 de dezembro de 2023**, que “Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa que atualiza as Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021.”.

Ministério do Trabalho e Emprego

Gabinete do Ministro

Portaria

Nº 3.869, de 21 de dezembro de 2023, que “Altera a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para dispor sobre o Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico - eLIT e o Domicílio Eletrônico Trabalhista - DET.”.

Nº 3.897, de 27 de dezembro de 2023, que “Regulamenta a transferência de recursos a título de auxílios para entidades privadas sem fins lucrativos, voltadas à realização de estudos, pesquisas e atividades que possam subsidiar as políticas públicas de emprego, renda e qualificação profissional, prevista no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no inciso XII do art. 86 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.”.

Nº 3.906, de 28 de dezembro de 2023, que “Altera a Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, que dispõe sobre avaliação de equipamentos de proteção individual.